

RELATÓRIO DE ACTIVIDADES DE 1993

0. Introdução

O ano de 1993 foi, para o movimento sindical, uma continuação de 1992 e caracterizou-se por falta de soluções para contrariar a política do Governo. Por seu lado, o Governo continuou a apostar na divisão do movimento sindical, privilegiando as cúpulas e os acordos pontuais, ignorando o mais possível as movimentações e os protestos e, finalmente, usando a ameaça do despedimento (ou disponibilização) como forma de levar os trabalhadores a aceitar a "contenção" salarial, e outras medidas lesivas dos seus interesses, sem participar em protestos organizados.

O ano de 1993 poderá, no entanto, representar um ponto de viragem. O agravamento da situação económica tem vindo a fazer aumentar a tensão e, a continuar, poderá conduzir a uma generalização dos protestos e movimentações, enquadrados ou não no movimento sindical tradicional. Por outro lado, os estudantes do ensino superior vieram para a rua com sucesso de mobilização.

O Governo conseguiu, porém, travar o seu ímpeto, mas não a indignação.

Em resumo, houve um aumento do capital de frustração e indignação, contido pela descrença nas formas de protesto, em detrimento do "lobby" ou da simples cunha. A continuação da actual política, e a não existir uma conjuntura económica favorável, as condições para uma exploração de protestos está criada. Todavia, sendo 1995 um ano de eleições legislativas e entrando em vigor o novo Quadro Comunitário de Apoio, é de prever que até finais de 1995 se verifiquem alguns ganhos dos trabalhadores e, em consequência, a explosão seja contida.

1. Eleições para os órgãos do SNESup

Em Maio de 1993 realizaram-se eleições para os órgãos do SNESup com a composição resultante da revisão estatutária de Dezembro de 1992. Verificou-se que para a Direcção e para a Comissão de Fiscalização e Disciplina as listas concorrentes foram únicas. Para o Conselho Nacional houve um número apreciável de círculos em que não se apresentaram listas concorrentes, incluindo alguns em que já tinha havido listas em eleições anteriores.

(v. SNESup Informação nº 15 de Junho de 1993)

2. Linhas fundamentais da acção do SNESup

A actuação do SNESup, nomeadamente através da Direcção como órgão executivo, centrou-se nos seguintes campos:

- Relações com as tutelas, incluindo questões de carreira e salariais;
- Apoio jurídico e sindical aos sócios e relações com as instituições;
- Intervenção no sistema de ensino superior;
- Informação aos sócios.

Seguidamente apresentam-se estes temas para no ponto 3. fazer um balanço sucinto do ano de 1993

2.1. - Relações com as tutelas

O ano de 1993 concluiu-se com a mudança dos ministros das duas tutelas que mais trabalho dão ao SNESup; a Educação e a Saúde. As relações com os titulares destas pastas acabaram por ficar, na prática, bloqueadas por recusa dos seus titulares em dialogar.

Incluimos igualmente um ponto de relacionamento com o CRUP que tem vindo a funcionar cada vez mais como tutela do ensino superior.

2.1.1. - Estatutos de Carreira

No ano lectivo de 1992/93 parecia inevitável que o processo de revisão dos estatutos de carreira fosse iniciado pela tutela. Tendo em conta as posições assumidas pelo Ministro da Educação sobre os docentes, o SNESup optou por não tomar iniciativas neste campo. Se o fizessem de forma séria, não demagógica, poder-se-ia expor aos ataques do Ministério que já demonstrara estar mais interessado em impôr soluções do que em negociar.

Em Março de 1993, em reunião com o Secretário de Estado do Ensino Superior (v. SNESup Informação nº 13, Março 1993) é marcado um calendário para apresentação de propostas (M.E.) e contrapropostas (SNESup) levando à elaboração de documentos articulados de revisão das carreiras docentes em Maio. Após a

apresentação das posições do SNESup (v. SNESup Informação/Especial ECDU e nº 14, ambos de Abril de 1993) o calendário foi-se arrastando sem que 1993 visse qualquer documento articulado elaborado pelo M.E..

O agudizar da crise económica, a redução das remessas de fundos comunitários até pelo menos meados de 1994 não recomendavam qualquer voluntarismo por parte do SNESup.

Mudado o Ministro, a sua sucessora veio dizer já em 1994 que alterações aos estatutos só se não envolvessem custos adicionais.

2.1.2. - Salários

O SNESup continuou a não ser ouvido em sede de negociação salarial da Administração Pública, apesar do Provedor de Justiça ter dado parecer favorável à pretensão do SNESup.

O SNESup continuou a insistir na revisão das escalas indiciárias, nomeadamente a sua negociação fora do período normal de negociação salarial da administração pública e com incidência plurianual.

2.1.3. - Ensino Superior Particular e Cooperativo

Em 1993 acabou por ser publicado o Estatuto do Ensino Superior Particular e Cooperativo, tendo o SNESup sido consultado em Janeiro pela Secretaria de Estado do Ensino Superior sobre os princípios do documento. O D.L. publicado tem vantagens relativamente à legislação anterior, embora deixe em aberto o regime de contratação.

A recusa em dialogar, por parte das entidades instituidoras dos estabelecimentos de ensino superior particular e cooperativo, tem obrigado o SNESup a recorrer aos tribunais e à Inspeção Geral do Trabalho. A pressão das entidades patronais sobre os nossos colegas do privado dificultam a acção sindical e expõem-nos a riscos de perseguição quando tomam posições contrárias às administrações. O estatuto aprovado e a regulamentação da contratação dependendo do seu conteúdo poderá a vir a melhorar a situação.

2.1.4. - Ensino Superior de Enfermagem

O D.L. 166/92, que integra os docentes das escolas superiores de enfermagem no ensino superior politécnico, foi objecto de um pedido ao Procurador Geral da República de declaração de inconstitucionalidade, que foi recusado. Por parte dos ministérios da tutela (Educação e Saúde) não houve qualquer demonstração de querer resolver o problema, até à substituição do titular da Saúde que (já em 1994) demonstrou sensibilidade à questão, embora ainda sem resultados práticos.

2.1.5. - Inversões Salariais

A aplicação do NSR tem vindo a resultar em situações injustas de inversão salarial, ou seja, colegas com mais antiguidade na categoria, e mesmo na carreira, venceram por escalão inferior a outros colegas com menos antiguidade.

O SNESup interveio junto do M.E. e do Provedor de Justiça, sem sucesso, tendo sido posteriormente decidido o recurso aos Tribunais.

2.1.6. - Professores Auxiliares

No sentido de anular a norma que, inserida no D.L. de execução orçamental, suspendeu o pagamento da gratificação aos Professores Auxiliares a exercer funções de Professor Associado, foram feitas intervenções junto do M.E. e do Procurador Geral da República. A exposição ao Procurador Geral da República visa a declaração de inconstitucionalidade.

2.1.7. - Propinas de Mestrado

A posição do CRUP de considerar que haveria sempre lugar ao pagamento de propinas por parte dos docentes levou à intervenção do SNESup. Em reunião com o CRUP, o seu Presidente deu garantias formais de que as instituições de origem dos docentes suportariam as propinas que houvesse a pagar. (v. SNESup Informação nº 10 de Outubro de 1993).

Esta posição do SNESup correspondeu à quebra de uma regra de não atacar publicamente o CRUP, visto que este deveria ser naturalmente um aliado em muitas questões do ensino superior. A prática demonstrou o contrário.

2.2. - Apoio jurídico e sindical aos sócios

No domínio do apoio jurídico a actuação do SNESup é hoje efectiva, sendo elevado o número de consultas e processos individuais tratados. Em contrapartida as questões de escola, ou seja, que afectam grande parte dos docentes de uma escola são mais raras, mas tiveram um crescimento em 1993, de que se referem alguns exemplos.

Foi o caso dos contratos do ISEL (v. SNESup Informação nº 10 de Outubro de 1993) que implicou reuniões com os docentes, com a Direcção do ISEL, com o Presidente do Instituto Politécnico e com o Secretário de Estado do Ensino Superior, até o assunto ficar encaminhado.

Um número importante de processos disciplinares injustificados no ISCAL (v. SNESup Informação nº 16 de Outubro de 1993) levaram a intervenções junto do Presidente do Instituto Politécnico de Lisboa e do Secretário de Estado do Ensino Superior, tendo o Presidente do Conselho Directivo.

Os processos disciplinares foram anulados por despacho do Secretário de Estado, após recurso.

Outra intervenção resultou da introdução de um regulamento com as condições para apresentação a concurso de Professor Associado e Catedrático da Universidade do Minho. Intervenções junto do Reitor e do Secretário de Estado do Ensino Superior não deram até à data qualquer resultado.

2.3. - Intervenção no sistema de ensino superior

2.3.1. - Intervenções diversas

O SNESup tem procurado intervir no sistema de ensino superior em geral. Assim, tem respondido positivamente a solicitações e procurado associações que permitam melhor intervir no ensino superior. São referidas seguidamente algumas intervenções:

- Acordo com a APES para criação de um Centro de Documentação;
- Participação no I Congresso Nacional do Ensino Superior, organizado por algumas associações de estudantes;
- Participação no 2º Congresso do Ensino Superior Politécnico, organizado pelo Politécnico de Castelo Branco;
- Participação na Marcha pela Educação com outras organizações sindicais e estudantis;
- Participação no Conselho Consultivo do estudo sobre a competitibilidade de Portugal, sector educativo, a cargo da Monitor Co;
- Debate sobre avaliação, organizado pela Associação Académica de Coimbra;
- Colaboração na homenagem ao escritor Fernando Sylvan;
- Participação no Conselho Consultivo da Escola Superior de Educação de Faro;
- Participação na organização do debate sobre investigação e desenvolvimento: a crise e as alternativas, em colaboração com a OTC, FEPASC e sindicatos;
- Participação na manifestação frente à Assembleia da República, a convite das Associações de Estudantes;
- Elaboração de parecer sobre as propinas, a solicitação da Assembleia da República;

2.3.2. - Avaliação do Ensino Superior

Este tema é objecto de grande preocupação por parte do SNESup. A forma como o tema foi introduzido, com uma clara ligação ao sistema de financiamento e com um pendor punitivo, falseia totalmente os efeitos desejáveis da avaliação. O SNESup teve algumas intervenções e divulgou a Proposta de Lei logo que teve acesso a ela, bem como as posições do CRUP (v. SNESup Informação nº 17 de Novembro de 1993).

2.3.3. - Relações com outras organizações

O SNESup estabeleceu e/ou manteve relações com organizações sindicais, em geral, e de professores, em particular (FENPROF, SINDEP, Associação Sindical de Professores Licenciados, etc...), sempre na perspectiva de procurar um diálogo

construtivo que conduzisse a uma maior eficácia na defesa dos docentes e investigadores. Igualmente se procurou formentar o contacto com Associações de Estudantes e outras com ligações ao ensino superior.

Houve uma proposta do SINDEP de constituição de uma Federação (incluindo o SINAP e o STE) para efeitos de melhorar a posição negocial junto do M.E., que não teve andamento.

2.4. - Informação aos sócios

A produção e difusão do SNESup Informação conseguiu, durante o ano de 1993, ter uma periodicidade nunca antes atingida. O trabalho envolvido em assegurar essa periodicidade representa um esforço que poderá ter, a mais ou menos longo prazo, de ser profissionalizado.

3. Conclusão

O ano de 1993 não foi um ano brilhante para o movimento sindical e traduziu-se para o SNESup num aumento do número de processos individuais e de escola. Este facto sugere a necessidade de vir a desencadear processos exemplares que permitam pôr cobro a arbitrariedades.

Internamente, 1993 foi um ano de normalidade democrática, apenas se lamentando que apenas tenham surgido listas únicas para as eleições.

De um ponto de vista de afirmação no meio do ensino superior e das instituições ligadas à educação, o SNESup conseguiu reforçar a sua posição. Por exemplo, pela primeira vez foi recebido pelo Plenário da Comissão de Educação, Ciência e Cultura sobre o tema das propinas, com a justificação de se tratar de ensino superior.

De um ponto de vista das questões essenciais para os docentes do ensino superior público e por arrastamento dos investigadores, tais como carreira e estatuto remuneratório, o ano de 1993 representou um marcar passo exasperante mas que ainda não chegou para que a classe se mobilizasse, também pelas razões já expostas na Introdução.